

Eleições 2012

Prazos de Desincompatibilização

Compilação de Legislação e Jurisprudência

IMPORTANTE: A tabela ora apresentada tem caráter meramente informativo, uma vez que os casos concretos serão apreciados pelos órgãos competentes por ocasião do julgamento dos registros de candidato.

Cargo/Função	Dispositivo legal		Jurisprudência	Prazo	
	Prefeito	Vereador		Prefeito	Vereador
Advogado-Geral da União.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, item 5.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c.c. art. 1º, II, “a”, item 5.	_____	4 meses	6 meses
Advogado – convênio OAB – assistência judiciária.	_____	_____	Decisão Monocrática TSE n.º 21836/2004, Ac. TSE 18189/2000; Ac. TRE/SP 148720/2004, 148159/2004, 136894/2000 – não há necessidade de desincompatibilização.	_____	_____
Assessor de Câmara Municipal.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TSE 19567/1996; Res. TRE/SC 7188/2000; TRE/PR Ac. 22180/1998; TRE/RS Ac. 262004/2004; TRE/SP Ac. 161916/2008.	3 meses	3 meses
			TRE/PR Ac. 23697/2000.	*	6 meses
Associação de Entidade de Classe sem fins lucrativos (Presidente).	_____	_____	Decisão Monocrática TSE n.º 22016/04 - Associação privada sem fins lucrativos – LC 64/90, art. 1º, II, “i”. (* não menciona o cargo de Prefeito)	*	6 meses
			Ac. TRE/PR n.º 23738/00 – Entidade beneficente sem fins lucrativos .	4 meses	6 meses

		<p>Ac. TRE/PR n.º 22190/98; Ac. TRE/SC n.ºs 19567/04, 16487/00, 16357/00; Ac TRE/SP n.º 148325/04, 142769/02 - Entidade sem fins lucrativos, que não tenha repasse de verbas públicas – não há necessidade de desincompatibilização.</p>	_____	_____
		<p>Res. TSE n.º 20590/00 - dirigente ou representante de associação profissional não reconhecida legalmente como entidade sindical e que não receba recursos públicos – não há necessidade de desincompatibilização.</p>	_____	_____
		<p>Res. TSE n.º 19567/96 - Presidente de associação de servidores públicos municipais, entidade não sindical - não há necessidade de desincompatibilização.</p>	_____	_____
		<p>TRE/PR Ac. 34480/2008 – Associação de bairro que recebe subvenção do Poder Público.</p>	-----	4 meses
		<p>TRE/RS Ac. 410/2008, TRE/GO Decisão Monocrática 354222/2010, TRE/MS Ac. 5887/2008, TRE/SC Ac. 22702/2008 – Associação de moradores de bairro - não há necessidade de desincompatibilização.</p>	_____	_____
		<p>TSE Decisão Monocrática 33614/2008, TRE/MG Ac. 1643/2004 – Associação Civil (APAE) - não há necessidade de desincompatibilização.</p>	_____	_____
		<p>TRE/SC Ac. 22527/2008, TSE Ac. 33986/2008, TRE/SC Ac. 22776/2008, Ac. 22702/2008, Ac. 22519/2008, TRE/SP 162156/2008 – Associação civil - não há necessidade de desincompatibilização.</p>	-----	-----

			TRE/SP Ac. 161597/2008, TRE/MG Decisão Monocrática 3267/2008 – Associação civil que recebe subvenção do Poder Público.	4 meses	6 meses
Auditor Fiscal.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “d”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “d”.	TSE Decisão monocrática 22286/2004, , TRE/MG Ac. 2436/2008, TRE/CE Ac. 13638/2008, TRE/RN Ac. 4467/2004. TRE/SP Ac. 162436/2008 – desnecessidade de desincompatibilização – município diverso.	4 meses -----	6 meses -----
Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas e as mantidas pelo Poder Público (Presidente, Diretor e Superintendente).	LC 64/90: art. 1º, IV, “a” c/c art. 1º, II, “a”, item 9.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c 1º, II, “a”, item 9.	TSE Decisões Monocráticas 33695/2008, 32419/2008, TRE/SP Ac. 148630/2004, TRE/MS Ac. 5908/2008.	4 meses	6 meses
Cargo em Comissão.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	TSE Res. 22845/2008, TRE/RS Ac. 72008/2008, Ac. 182008/2008, TRE/MG Ac. 3030/2008, TRE/SP Decisão Monocrática 29439/2008, Ac. 162723/2008.	3 meses	3 meses
Cargos relativos à arrecadação e fiscalização de impostos, taxas e contribuições de melhoria.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “d”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “d”.	TSE Decisões Monocráticas 328/2008, 32441/2008, TRE/SP Ac. 162834/2008, Ac. 162128/2008, TRE/MG Ac. 3352/2008, TRE/SC Res. 7670/2008.	4 meses	6 meses
Cartório Extrajudicial (Titular).	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Ac. TSE 22668/04; TSE Decisões Monocráticas 22280/2004, 32272/2008, 31080/2008, TRE/CE Ac. 11156/2004, TRE/ES Ac. 260/2008, TRE/MS Ac. 5844/2008, TRE/TO Ac. 323/2008.	3 meses	3 meses
Chefe de Núcleos Regionais da Secretaria de Estado da Saúde.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c II, “I”.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c, V, “a”, c/c II, “I”.	Ac. TRE/ PR 18765/94. Ac. TRE/PR 27490/04- Diretor Regional de Saúde Estadual.	3 meses 4 meses	3 meses 6 meses
Chefe do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c./c II, “a”, 6.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c, V, “a”, c/c II, “a”, 6.	—	4 meses	6 meses
Chefe do Estado-Maior das	LC n.º 64/90: art.	LC n.º 64/90: art.	—		

Forças Armadas.	1º, IV, “a”, c/c II, “a”, 4.	1º, VII, “a”, c/c V, “a”, c/c II, “a”, 4.		4 meses	6 meses
Chefe de Missão Diplomática.	_____	A Res. TSE n.º 22.096/05 cita afastamento com base na LC 64/90, art. 1º, II, “I”.	Res. TSE 22.096/2005 (Candidatura Proporcional). (* não menciona o cargo de Prefeito)	*	3 meses
Chefe do Órgão de Assessoramento de Informações da Presidência da República.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c II, “a”, 3.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c V, “a”, c/c II, “a”, 3.	_____	4 meses	6 meses
Chefe dos Gabinetes Civil e Militar do Governador do Estado ou do Distrito Federal.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c III, “b”, 1.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c V, “b”, c/c III, “b”, 1.	_____	4 meses	6 meses
Chefe dos Órgãos de Assessoramento Direto, Civil e Militar, da Presidência da República.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c II, “a”, 2.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c V, “a”, c/c II, “a”, 2.	_____	4 meses	6 meses
Comandante do Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c III, “b”, 2.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c V, “b”, c/c III, “b”, 2.	_____	4 meses	6 meses
Comandante do Exército, Marinha e Aeronáutica.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c II, “a”, 7.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c V, “a”, c/c II, “a”, 7.	_____	4 meses	6 meses
Concessionária: Cargos de direção, administração ou representação e membros do conselho de administração.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c 1º, II, “i”.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “i”.	Res. TRE/SC n.º 7402/2004 Ac. TRE/RN n.º 4546/2004 e Res. TRE/SC n.º 7397/2004 . TSE – RO n.º 556/2004 TRE/PA Ac. 21235/2008	4 meses	6 meses
Conselho Administrativo ou Fiscal de Sociedade de Economia Mista (Membro).	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TRE/SC n.º 7173/2000 - equiparação a servidor público em sentido lato. Ac. TRE/SC n.º 22533/2008 Ac. TRE/RS n.º 112004 – 6 meses (*não menciona o cargo de Prefeito) (LC n.º 64/90: art. 1º, II, “a”, 9 c/c VII, “a”). Ac. TRE/PR n.º 18900/94 – equiparação a	3 meses * 3 meses	3 meses 6 meses 3 meses

			servidor público em sentido lato. (LC n.º 64/90: art. 1º, II, “e”) Ac. TRE/RS- n.º 2122004 - não há necessidade de desincompatibilização. (* não menciona o cargo de Vereador).	_____	*
Conselho Deliberativo de Entidade criada por Lei Federal, cuja natureza Jurídica é de serviço social autônomo e recebe contribuições parafiscais da União (Presidente ou Membro).	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, “g”.	LC n. 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, “a” c/c II, “g”.	Res. TSE n.º 19566/96. Ac. TSE n.º Ac. 290/98. Ac. TRE/MS n.º 4553/04. Ac. TRE/SC n.º 7272/02 (eleição geral)	4 meses	6 meses
Conselho Fiscal de Empresa Pública (membro).	—	—	Ac. TRE/PR n.º 20694/96 – não há necessidade de desincompatibilização. (*não menciona o cargo de Prefeito) Ac. TRE/PR n.º 24206/00 Res. TRE/SC n.º 6945/96 TSE Ac. n.º 30036/08	*	_____
Conselho Municipal.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, "I".	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, "I".	Ac. TSE n.º 22493/2004 e n.º 14383/1996 – Conselho Municipal de Saúde. Res. TRE/SC n.º 7392/2004. Ac. TRE/CE n.º 14298/08 Res. TRE/SC n.º 22543/08 Ac. TRE/SP n.º 162188/08 Ac. TSE n.º 30155/08	3 meses	3 meses
Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescentes (Presidente ou membro).	—	—	Res. TSE 19.568/96 e 19553/96- não há necessidade de desincompatibilização – inexistência de previsão legal. Ac. TRE/PR n.º 24104/00 Ac. TRE/PR n.º 24207/00 Ac. TRE/SP n.º 148608/04	_____	_____
Conselho Regional.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c II,	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c V	Ac. TRE/MS n.º 4553/04.	4 meses	6 meses

	“d” e “g”.	e VI, c/c II, “d” e “g”.	Ac. TRE/SC n.º 7390/2004 – equiparação servidor público. Ac. TRE/MG n.º 2340/04 Ac. TRE/SP n.º 162694/08	3 meses	3 meses
Conselho Tutelar (membro).	—	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TRE/SC n.º 7384/04. Ac. TSE n.º 16878/00. Ac. TRE/PR n.º 24154/00 (* não mencionam o cargo de Prefeito). Ac. TRE/CE n.º 13524/08 Ac. TRE/GO n.º 5098/08 Ac. TRE/MT n.º 17460/08 Ac. TRE/PR n.º 24104/00 Ac. TRE/PR n.º 24207/00 Ac. TRE/RS n.º 32008/08 Ac. TRE/SP n.º 162200/08	* 3 meses	3 meses 3 meses
Coordenadores Regionais da Fundação Nacional de Saúde nos Estados.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TSE n.º 20.145/98 - equiparação a servidor público.	3 meses	3 meses
Consultor-Geral da República.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 5.	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 5.	—	4 meses	6 meses
Defensor Público.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “b”.	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “b” c/c IV, “b”.	Res. TSE n.ºs 22141/06, 19508/96, 19491/96. Res. TRE/AC n.º 1272/08 Ac. TRE/PI n.º 25/03 Ac. TRE/RJ n.º 35313/08	4 meses	6 meses
Delegado de Polícia.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “c”.	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “c”, c/c IV, “c”	Res. TRE/SC n.º 7185/00 Ac. TSE n.ºs 22774/04; 16479/00, 22753/04, 16705/00 – suplente de delegado Ac. TRE/SE n.º 371/08	4 meses	6 meses
Diretor de Conselho Regional.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “g”.	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “g”.	Ac. TRE/MS n.º 4553/04. Res. TSE n.º 16457/90 e Ac. 290/98.	4 meses	6 meses

Diretor de Escola Pública e Vice-Diretor.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "I".	LC n. 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "I".	Ac. TRE/MG n.º 380/04. Res. TRE/SC n.º 7387/04. Ac. TSE nº 23105/2004. Res. TSE nº 21097/2002.	3 meses	3 meses
			Res. TSE nº 19567/96 e Ac. TRE/PR nº 28356/04 – Diretor de Escolas Estaduais e Municipais.	3 meses	3 meses
			Ac. TSE n.º 13597/97 e Ac. TRE/SP nº 143606/02 – Vice-Diretor de Escola Pública.	3 meses	3 meses
Diretor de Conselho de Agências de Regulamentação.	LC n. 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c II, “a”, 9 ou II, “b”.	LC n. 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c IV, “a”, c/c II, “a”, 9 ou II, “b”.	Ac. TRE/RS n.º 62002/02. (como referência)	4 meses	6 meses
Diretor de Órgãos Estaduais ou Sociedades de Assistência aos Municípios.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, III, “b”, 3.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “b”, c/c art. 1º, III, “b”, 3.	Res. TSE nºs nº 21772/04, 21470/03, 20645/00, 20643/00, 20639/00 e 20628/00 (Sociedades de Assistência aos Municípios) e Res. TSE n.º 14107/88 (órgãos estaduais).	4 meses.	6 meses.
Diretor de Sindicato/ Presidente ou Dirigente de Entidade Representativa de Classe.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “g”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “g”.	Ac. TRE/RS nº 226/08. Ac. TRE/SC nº 22619/08. Ac. TSE nº 23448/04. Ac. TRE/PR nº 27291/03. Ac. TRE/SC n.º 16.547/00. Res. TSE n.ºs 20.623/00. TSE Ac. 23025/04- Membro de Conselho Fiscal de Sindicato que não exerça as funções de dirigente, administrador ou representante de entidade de classe – não há necessidade de desincompatibilização. (* não menciona o cargo de Prefeito).	4 meses. *	4 meses. _____
Diretor-Geral do Departamento de Polícia	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 15.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º,	_____	4 meses.	6 meses.

Federal.		II, “a”, 15.			
Dirigente de Organização não-governamental (ONG) entidade civil sem fins lucrativos.	_____	_____	Res. TRE/SC n.º 7174/00. Res. TRE/SC n.º 6967/96. Ac. TRE/PR n.º 20419 – não há necessidade de desincompatibilização. Ac. TRE/PR n.º 23738 e Ac. TSE n.º 21874/04 – prestação de serviços com verba pública. Ac. TRE/SC n.º 22527/08, Ac. TRE/SP n.ºs 148536/04 e 136503/00 – entidade mantida com fundos particulares – não há necessidade de desincompatibilização.	_____ 4 meses _____ _____	_____ 6 meses _____ _____
Funcionário do Banco do Brasil, Copel, Sanepar, Telepar e INSS.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”; c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”; c/c art. V, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TSE n.º 20611/00 – médico INSS. Ac. TRE/PR n.º 16879/92. Decisão Monocrática TSE n.º 32265/08, 31796/08, 22281/04 e Ac. TSE n.º 162126/08.	3 meses 3 meses	3 meses 3 meses
Gerente de Sociedade de Economia Mista.	LC 64/90: art. 1º, II, “a”, 9; c/c art. 1º, IV, “a”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 9.	Res. TRE/SC n.º 7383/04. Res. TRE/SC 6938/96. Dec. Monocrática TSE 22488/04 – funcionário de sociedade de economia mista que exerce atividade em outro município – não há necessidade de desincompatibilização. (* não menciona o cargo de Prefeito). Ac. TSE 20128/98 e 15459/98.	3 meses. * 3 meses	3 meses. _____ 3 meses
Governador candidato a cargo diverso.	CF/88 art. 14, § 6º.	CF/88 art. 14, § 6º.	Res. TSE n.º 22119/05.	6 meses.	6 meses.
	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º,	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art.	Ac. TSE n.º 13546/96. Ac. TSE n.º 13902/96.		

Interventor Estadual.	II, “a”, 11.	1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 11.	Ac. TSE n.º 19413/95. Res. TSE n.º 19.461/96. (*não menciona o cargo de Vereador)	6 meses.	*
Interventor Federal.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”; c/c art. 1º, II, “a”, 11.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 11.	Res. TSE n.º 19461/96. (* não menciona o cargo de Vereador)	6 meses	*
Jornalista.	—	—	Res. TSE n.º 20243/98. Ac. TSE n.º 14.559/94. Res. TRE/SC n.º 7298/2002. Res. TRE/SC n.º 7074/98. Res. TRE/SC n.º 7058/98. Res. TRE/SC n.º 6739/92 – ausência de previsão legal – não há necessidade de desincompatibilização. Ac. TRE/RN n.º 8340/2008 Ac. TRE/PR n.º 2681/1998 Ac. TRE/SP n.º 148245/2004	—	—
Juiz de Paz	-	-	TSE Resolução 19508/1996, TSE Acórdão 12494/1992, TRE/SP Acórdão 166047/2008.	---	---
Magistrado.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 8.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, a, 8.	Res. TSE n.º 21530/03; Res. TRE/SC n.º 6950/96; Res. TSE n.ºs 13981/94 e 18176/92. Ac. TRE/CE n.º 12067/06 Ac. TRE/MG n.º 647/99	4 meses	6 meses

Médico credenciado pelo INSS-SUS (prestador autônomo de serviços).	—	—	<p>Ac. TSE n.º 23670/04, Decisão Monocrática TSE n.º 22310/ 04 e Decisão Monocrática TSE n.º 24928/04- – médico credenciado não detém condição de servidor público – inexistência de previsão – não há necessidade de desincompatibilização.</p> <p>Res. TSE n.º 20.611/00, consulta n.º 600 – médico contratado pelo INSS – necessidade de rescisão contratual . (*não menciona o cargo de Vereador)</p> <p>Ac. TRE/SC n.º 16483/2000 Ac TRE/SC n.º 19760/2004 Ac TRE/SP n.º 163339/2008 Ac. TSE n.º 29936/2008 Ac. TRE/ES n.º 350/2009 Ac. TRE/ES n.º 340/2009 Ac. TRE/MS n.º 5166/2005</p>	— 3 meses	— *
Médico – dirigente de entidade sob o controle do poder público.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “i”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “i”.	<p>Ac. TRE/MG n.º 2153/04– Médico Diretor Clínico de Hospital Municipal (* esta decisão diz respeito a candidatura de cargo de Vice-Prefeito, não menciona o cargo de Vereador).</p> <p>Ac. TRE/MG n.º 2558/04 – Diretor de Hospital Municipal. Ac. TRE/MG n.º 2587/2008 – Médico sócio de empresa que tem contrato com o Poder Público, de acordo com licitação realizada pela Prefeitura Municipal, lotado em Município diverso do que pretende candidatar-se. Ac. TSE n.º 1283/2006 (Recurso Ordinário/SP) – Interventor da Santa Casa de Misericórdia.</p>	3 meses 3 meses	* 3 meses
Médico – dirigente de			Decisão Monocrática TSE n.º 16956/00 – Presidente de Fundação Hospitalar que não		

entidade privada (recebe sem exclusividade, recursos públicos).	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, letra “a”, 9.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 9.	<p>depende de subvenções do poder público – não caracterização de dependência da Fundação Hospitalar em relação às subvenções do poder público - não há necessidade de desincompatibilização.</p> <p>Decisões Monocráticas TSE n.ºs 22337/04 e 17638/01 – Diretor Técnico, recebe verbas dos Municípios sem exclusividade; deve exercer poder de gestão. Ac. TSE n.º 23.670/2004 – Médico Diretor de hospital que mantém contrato com o SUS. Ac. TRE/BA n.º 942/2005.</p>	_____	_____
Médico – Servidor público.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a” c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a” c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	<p>Ac. TRE/MG n.º 2153/04– Medico Diretor – Clínico de Hospital Municipal e Servidor Público – afastamento da função de médico Ac. TRE/SP n.º 148278/04 – servidor público municipal. Decisão Monocrática TSE n.º 17607/01 Ac. n.º TSE n.º 18133/01. Res. n.º TSE 20611/00. Res. n.º TSE 20623/00. Ac. TRE/SP n.º 134505/1999 – Prestação de serviços para instituição beneficente, recebe verba pública; possibilidade de comparação com servidor público (Santa Casa / SUS). Ac. TSE n.º 14272/96. Ac. TSE n.º 11.659/93. Res. TSE n.º 18019/92. Ac. TRE/SC n.º 16505/00. Ac. TSE n.º 201668/2010 Ac. TRE/SP n.º 28174/2008 Ac. TRE/MG n.º 2491/2008 Ac. TRE/PR n.º 38113/2010</p>	3 meses	3 meses

Militar.	LC 64/90: art. 1º, IV, “c”, c/c art. 142, V da CF/88.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “c”, c/c 142, V, CF/88.	<p>Ac. TSE n.º 22714/04 – Militar que exerceu cargo em comissão – cargo de Vereador.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 22799/04 - Soldado PM.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º e 22233/04 e Ac. TSE n.º 16743/00 – Comandante PM-Vereador.</p> <p>Res. TSE n.º 20614/00 – inatividade e filiação partidária.</p> <p>Res. TSE n.º 20598/00 – afastamento.</p> <p>Ac.. TSE n.º 15096/99 – agregação.</p> <p>Res. TSE 20165/98 – conscritos.</p> <p>Res. TSE n.º 19491/96.</p> <p>Ac. TSE n.º 13891/96 – Militar da Reserva.</p> <p>Res. TSE n.º 13981/94 – filiação partidária.</p> <p>Ac. TSE n.º 11314/90.</p> <p>Ac. TRE/SC n.º 17949/02 – afastamento.</p> <p>Res. TRE/SC n.º 7293/02.</p> <p>Ac. TRE/SC n.º 15255/98 – reformado.</p> <p>Ac. TRE/SC n.º 15169/98 – Militar da Reserva.</p> <p>Ac TRE/SC n.º 14296/96 – candidato Militar.</p> <p>Res. TRE/SC n.º 6942/96 – Militar eleito.</p> <p>Res. TRE/SC n.º 6901/96 – afastamento.</p> <p>Res. TRE/SC n.º 6710/92 – Oficial da Polícia Militar.</p> <p>(* diante da diversidade de situações, analisar cada situação exposta ao lado das decisões citadas)</p> <p>Ac. TSE n.º 14358/1997 – candidato que exercia as funções de chefe da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal (eleição para vereador).</p>	*	*
Ministério Público (Alteração decorrente do advento da Emenda Constitucional de n.º 45/04).	LC 64/90: art. 1º, IV, “b”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º V, “a”, c/c art.1º, II, ‘j’.	<p>Res. TSE nº 150889/11</p> <p>Res. TSE n.º 22095/05.</p> <p>Res. TSE n.º 722045/05.</p> <p>Res. TSE n.º 22012/05.</p>	4 meses	6 meses

			Ac. TSE n.º 26768/06 (regime anterior a CF/88). Ac. TSE n.º 26673/06. Ac. TSE n.º 999/06 (regime anterior a CF/88) Ac. TSE n.º 1070/06. Ac. TSE n.º 647/02 – filiação partidária. Res. TSE 21080/02. Ac. TRE/SC n.º 20813/2006 Ac. TRE/MG n.º 2747/2006 Ac. TSE n.º 32842/2008 Ac. TSE n.º 993/2006 CTA TSE n.º 1153/2005		
Ministro de Estado.	LC 64/1990: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 1.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º V, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 1.	—	4 meses	6 meses
OAB (Presidente, Presidente de Subseção, Diretor ou Conselheiros ou membros com função de direção, administração ou representação).	LC 64/90: art. 1º, II, “d” ou “g”, c/c art. 1º, IV, “a”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c, art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “d” ou “g”.	Ac. TRE/SP n.º 161591/08 (vice-presidente de Subseção da OAB – necessidade de desincompatibilização no prazo de 6 meses para concorrer ao cargo de vereador). Res. TSE n.º 19558/96. Ac. TSE n.º 14316/96. Decisão Monocrática TSE n.º 22814/04. Ac. TRE/SP n.º 149138/04. Ac. TRE/SC n.º 1223/04. Ac. TRE/SC n.º 19070/04. Ac. TRE/MS n.º 4553/04.	4 meses 4 meses	4 meses 6 meses
Parente.	Art. 14, §7º, da CF	Art. 14, § 7º da CF	Res. TSE n.º 22847/08 – cônjuge de prefeito candidato à reeleição. Res. TSE n.º 22811/08 – cônjuge de prefeito reeleito. Res. TSE n.º 22794/08 - filho de prefeito reeleito não poderá candidatar-se para cargo majoritário do mesmo município na eleição subsequente. Res. TSE n.º 22799/08 -Não há impedimento para que um filho lance sua candidatura a	*	*

			<p>prefeito municipal tendo como candidato a vice-prefeito seu pai, vice-prefeito em primeiro mandato.</p> <p>Res. TSE n.º 22777/08 - parente</p> <p>Res. TSE n.º 22599/07 – parente.</p> <p>Ac. TSE n.º 32719/08 – separação de prefeito e sua mulher, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade da ex-cunhada.</p> <p>Ac. TSE n.º 31854/08 – parente de prefeito.</p> <p>Ac. TSE n.º 31527/08 - o cunhado de prefeito reelegível, mas que não se renunciou ou afastou definitivamente do cargo seis meses antes das eleições, é inelegível.</p> <p>Ac. TSE n.º 29786/08 - É necessário o afastamento do titular do Poder Executivo, para que o cônjuge ou parente se candidate a cargos políticos na mesma área de jurisdição.</p> <p>Ac. TSE n.º 29267/08 – cunhado.</p> <p>Ac. TSE n.º 25275/06 – cônjuge.</p> <p>Ac. TRE/SC n.º 22503/08 – cunhado.</p> <p>Res. TSE n.º 22573/07 – cunhado.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 26033/07 – dissolução sociedade conjugal.</p> <p>Res. TSE n.º 22527/07 – irmão.</p> <p>Ac TSE n.º 1101/07 – união estável.</p> <p>Res. TSE n.º 22584/07 – parentesco, Prefeito 3º mandato.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 25544/06- companheira, cargo Vice-Prefeito reeleito.</p> <p>Ac. TSE n.º 26005/06 – inelegibilidade CF.</p> <p>Res. TSE n.º 22245/06 – parentes de Vice-Prefeito.</p> <p>Ac. TSE n.º 25336/06 – pai e filho.</p> <p>Ac. TSE n.º 6375/06 – união estável – parentesco por afinidade .</p> <p>Ac. TSE n.º 23906/04 – candidatura Prefeito, filho de Vice- Prefeito.</p> <p>Ac. TSE n.º 23767/04 - candidatura – Vereador – irmã Prefeito reeleito.</p>	
--	--	--	---	--

			<p>Decisão Monocrática TSE n.º 23132/2004 – cunhado.</p> <p>Ac. TSE n.º 24564/04 (RESPE) - relação homossexual.</p> <p>Res. TSE n.º 21615/04 – ex-companheira.</p> <p>Res. TSE n.º 21655/04 – namorada de Prefeito.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 24031/04 – cunhado Vice-Prefeito.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 23219/04 – esposa de Vice-Prefeito.</p> <p>Res. TSE n.º 21790/04 - Prefeito e Vice-Prefeita, união matrimonial e parentes até 2º grau.</p> <p>Res. TSE n.º 21750/04 – familiares de 1º e 2º grau e esposa de Prefeito reeleito o qual teve o diploma cassado.</p> <p>Res. TSE n.º 21738/04 – nora viúva de Prefeita reeleita.</p> <p>Res. TSE n.º 21798/04 – divórcio antes do pleito.</p> <p>Res. TSE n.º 21775/04 – ex-cônjuge.</p> <p>Ac. TSE n.º 21883/04 – irmã de Vice-Governador que substituiu o titular nos últimos 6 meses - candidata a prefeita.</p> <p>Res. TSE n.º 21512/03 - Vice-Prefeito que vive maritalmente com irmã de Prefeito reeleito.</p> <p>Res. TSE n.º 21406/03 – parente Prefeito eleito para o 1º mandato.</p> <p>Res. TSE n.º 21523/03 – sobrinho e primo.</p> <p>Res. TSE n.º 21471/03 – filho.</p> <p>Ac. TSE n.º 19442/01 (RESPE) – concubinato</p> <p>Res. TSE n.º 20651/00 – concunhado.</p> <p>Ac. TRE/SP n.º 153393/05 – irmão.</p> <p>Ac. TRE/SP n.º 153395/05 – Vereador eleito irmão de prefeito.</p> <p>Res. TRE/SC n.º 7363/04 – cônjuge e parente até 2º grau de Prefeito e Vice-Prefeito.</p>		
--	--	--	--	--	--

			<p>Res. TRE/SC n.º 7366/04 – vice – 3º mandato.</p> <p>Ac. TRE/MG n.º 650/06 – cônjuge de Vice-Prefeito. (* diante da diversidade de situações, analisar cada situação exposta ao lado das decisões citadas)</p>		
<p>Patrulheiro Rodoviário</p> <p>Policia Rodoviário.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, “c”.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c. art. 1º, IV, “c”.</p>	<p>Decisão Monocrática TSE n.º 23440/04 e Ac. TRE/RS n.º 22003100/00 – detentor de cargo de chefia.</p> <p>Ac. TRE/MG n.º 2190/08 - Policial Rodoviário não detentor de cargo de chefia.</p> <p>Res. TRE/SC n.º 7392/04 e Ac. TRE/SC n.º 16351/00 .</p> <p>Ac. TRE/RS n.º 22003100/00 – Policial Rodoviário não detentor de cargo de chefia.</p> <p>Ac. TSE n.º 14358/97 – Chefe de Delegacia de Polícia Rodoviária Federal (* não menciona o cargo de Prefeito).</p>	<p>4 meses</p> <p>3 meses</p> <p>*</p>	<p>6 meses</p> <p>3 meses</p> <p>6 meses</p>
<p>Policiais Cíveis e do Corpo de Bombeiros.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a” c/c art. 1º, II, “I”.</p>	<p>Ac. TRE/SC n.º 22420/08.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 22347/04.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 22799/04.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 22711/04 .</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 22052/04.</p> <p>Decisão Monocrática TSE n.º 22152/04.</p> <p>Ac. TSE n.º 20071/02.</p> <p>Ac. TRE/SP n.º 148910/04.</p> <p>Ac. TRE/SP n.º 148441/04.</p> <p>Ac. TRE/SP n.º 148147/04.</p>	<p>3 meses</p>	<p>3 meses</p>
	<p>LC 64/90: art. 1º.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º,</p>	<p>Situações específicas:</p> <p>1) não há necessidade de desincompatibilização de Prefeito eleito</p>		

Prefeito Municipal.	IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 13.	VII, b, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c II, “a”, 13, c/c CF, art. 14, §6º.	para um primeiro mandato que queira se candidatar à reeleição – Res. TSE nºs 23607/04, 20547/00, 19952/97 e Ac. TRE/SP nº 154469/99 (* situação específica do Prefeito – Chefe do Poder Executivo).	—	*
			2) Prefeito reeleito para cargo de Vereador no mesmo município – Res. TSE nºs 21482/03 e 21442/03 Res. TSE nº 21993/05 (*situação referente ao cargo de Vereador).	*	6 meses
			3) Impossibilidade terceiro mandato –Res. TSE nºs 21430/03 e 21431/03 Ac. TSE nº 35888 – somente é possível eleger-se para o cargo de "prefeito municipal" por duas vezes consecutivas, permitindo-se, após, tão somente, a candidatura a "outro cargo", respeitado o prazo de desincompatibilização de seis meses. Ac. TRE/SP nº 162468 – impossibilidade de disputar o terceiro mandato, mesmo não tendo concluído o segundo por força de decisão judicial. (* situação específica do Prefeito – Chefe do Poder Executivo).	Impossibilidade	*
			4) Prefeito reeleito – impossibilidade candidatura a Vice-Prefeito- Res. TSE nºs 21454/03, 21455/03 e 21392/03 Res. TSE nº 22005/05. Res. TSE nº 21993/05. (* situação referente ao cargo de Vice-Prefeito).	Impossibilidade	*
			5) Prefeito, reeleito ou não, candidato ao		

			<p>mesmo cargo em município diverso – Res. TSE nºs 24069/04, 24367/04, 21706/04, 21485/03</p> <p>Ac. TSE nº 41980/10 – prefeito itinerante.</p> <p>Ac. TSE nº 32539/08 - somente é possível eleger-se para o cargo de "prefeito municipal" por duas vezes consecutivas. Após isso, apenas permite-se, respeitado o prazo de desincompatibilização de 6 meses, a candidatura a "outro cargo", ou seja, a mandato legislativo, ou aos cargos de Governador de Estado ou de Presidente da República; não mais de Prefeito Municipal, portanto.</p> <p>Ac. TSE nº 32507 – prefeito itinerante</p> <p>Res. TRE/SC nº 7340/03 – o prefeito reeleito em determinado município pode candidatar-se à titularidade do Poder Executivo de outro município.</p> <p>(* situação específica do Prefeito).</p>	6 meses	*
Presidente de Assembléia Legislativa <u>que não tenha substituído o Governador nos seis meses anteriores ao pleito.</u>	CF, art. 14, §5º.	_____	<p>Res. TSE nº 19537/96; Ac. TSE nº 12718/92 ref. Respe nº 9980/92 - não há necessidade de desincompatibilização.</p> <p>Ac. TRE/MG nº 748/99 - não há necessidade de desincompatibilização.</p>	_____	_____
Presidente de Conselho Diretor de Programa Estadual de Desestatização.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art.1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TSE nº 20.171/98.	3 meses	3 meses
Presidente de empresa privada que presta serviços ao Estado.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a” c/c art. 1º, II, “I”.	<p>Res. TRE/SC nºs 7402/04 e 7397/04.</p> <p>Ac. TRE/RN nº 4546/04</p> <p>Ac. TRE/MG nº 1959/00</p> <p>Ac. TRE/RO nº 303/00</p>	4 meses	6 meses
Presidente de Partido Político.	_____	_____	Res. TSE nº 20.220/98 – não há necessidade	_____	_____

			de desincompatibilização.		
Professor – regime CLT.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a” c/c art. 1º, II, “I”.	Ac. TRE/PR n.º 16906/92. Res. TRE/SC n.º 7175/2000	3 meses	3 meses
Professor c/ ou s/ cargo de direção em escolas públicas estaduais.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a” c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TSE n.º 18019/92. Ac. TRE/RS n.º 22004700/00. Ac. TRE/PR n.º 16930/92. Ac. TRE/MG n.º 380/04. Res. TRE/SC n.º 7383/04 Res. TRE/SC n.º 7387/04 Ac. TRE/SP n.º 162883/08	3 meses	3 meses
Profissional com atividades divulgadas na mídia.	—	—	Res. TSE n.º 20.243/98 – ausência previsão legal - não há necessidade de desincompatibilização.	—	—
Profissionais liberais que prestam serviços ao município sem vínculo empregatício.	—	—	Res. TRE/BA n.º 300/04. Ac. TRE/PR n.º 17061/92 – ausência previsão legal - não há necessidade de desincompatibilização.	—	—
Proprietários de emissoras radiofônicas.	—	—	Res. TSE n.º 19508/96 – não há necessidade de desincompatibilização.	—	—
Radialista; apresentadores de programas e/ou participantes costumeiros de programas de rádio ou televisão.	Lei n.º 9100/95: art. 54 e 64, § 3, III e IV; Lei n.º 9504/97, art. 45, VI; *sanções relativas à propaganda .	Lei n.º 9100/95: art. 54 e 64, § 3, III e IV; Lei n.º 9504/97, art.45, VI; *sanções relativas à propaganda.	Ac. TSE n.º 13595/96. Ac. TSE n.º 13173/96. Ac. TSE n.º 14220/96. Caso de afastamento a partir do registro de candidatura - não há necessidade de desincompatibilização. Dec. TRE/MG no RE n.º 3083/08. Res. TRE/SC n.º 7189/00.	—	—
Secretários da Administração Municipal ou membros de	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º,	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art.	Res. TSE n.º 24071/04- Secretário Municipal da Saúde. Ac. TSE n.ºs 22071/00, 13545/96 e 19466/96. Decisão Monocrática TSE n.º 22.348/04 –	4 meses	6 meses

órgãos congêneres.	III, “b”, 4.	1º, IV, “a”, c/c art. 1º, III, “b”, 4.	afastamento definitivo. Res. TSE nºs 21645/04, 20631/00. Res. TRE/SC nº 6920/96. Ac. TRE/SP nºs 148621/04. Dec. TSE no RESPE 29594/08. Ac. TRE/MG nº 3026/08. Ac. TRE/SP nº 166591/09. Ac. TRE/SP nº 161641/08. Res. TRE/ES nº 190/04. Ac. TRE/GO no RE 5005/08. Ac. TRE/GO no RE 4754/08.		
Secretário de Estado.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 12.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 12.	Ac. TSE nº 22642/04 – afastamento definitivo. Res. TSE nº 21736/04 – afastamento definitivo. Res. TSE nº 22230/06- cargo equivalente – afastamento definitivo; Res. TSE nº 20590/00. Ac. TRE/PI nº 921/00. Ac. TRE/PR nº 16803/92. Ac. TRE/GO nº 2430/04. Res. TSE nº 21736/04.	4 meses	6 meses
Secretário-Geral, Secretário-Executivo, Secretário Nacional, Secretário Federal dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 16.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 16.	Res. TSE nº 22230/06; Ac. TRE/RO nº 115/00. Res. TRE/SC nº 7387/04. Res. TSE nº 22230/06.	4 meses	6 meses

Servidor Público.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TSE nºs 18.019/92, 20.135/98, 20.145/98, 20.181/98, 20.632/00, 20.623/00 e 22.614/00 – TSE. Acórdão TSE n.º 22164/04 e TRE/PR n.º 20684/96, 16796/92. Garantido o direito de receber vencimentos integrais.	3 meses	3 meses
			Res. TSE n.º 20632/00 e Ac. TRE/PR n.º 20393/96 – Servidor Público Celetista.	3 meses	3 meses
			Ac. TSE nºs 22708/04 e Res. TSE n.º 21809/04 e Ac. TSE n.º 16759/00 e Ac. TRE/SC n.º 16482/00- Servidor contratado temporariamente.	3 meses	3 meses
			Res. TSE n.º 20601/00 e Ac. TRE/SC n.º 19158/04 – Servidor Público sem atuação no município onde pretende concorrer – não há necessidade de desincompatibilização.	_____	_____
			Res. TRE/SC nº 7383/04.	3 meses	3 meses
			Dec. TRE/SP no RE nº 28982/08	3 meses	3 meses
			Ac. TRE/SP nº 162538/08	3 meses	3 meses

Servidor do Fisco.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “b”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “b”.	TSE – Resoluções nºs 20632/00, 19.506/96, 20.135/98 e 20.145/08. Res. TRE/PE n.º 656/04. Ac. TRE/ES n.º 130/04- Não fazem jus ao afastamento remunerado. TRE/SC n.º 7201/00. Decisões Monocráticas TSE nºs 24474 e TSE n.º 22925/04 – não há necessidade de desincompatibilização de funcionário do fisco que atue em outro município.	4 meses _____	6 meses _____
Servidor de Assembléia Legislativa Estadual.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Ac. TRE/ MG nºs 746/04 e 1648/00 e Res. TRE/SC n.º 7148/00.	3 meses	3 meses
Servidor Público da Câmara dos Deputados.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Res. TSE nºs 21615/04, 20619/00 e 20594/00.	3 meses	3 meses
Sindicato (Diretor ou Sindicalista) Entidade Representativa de Classe (Presidente ou Dirigente).	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, “g”.	LC 64/90: art. 1º, VI, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, “g”.	Decisões Monocráticas TSE n.º 22895/04 e 22397/04; Resoluções TSE nºs 18.019/92 e 19.558/96; Ac. TSE nºs 20.018/02, 14.316/96 e 13.763/97; Res. TRE/ES n.º 157/06. Ac. TRE/GO n.º 453/00; TRE/SP Ac. 148139/04; TRE/SC Ac. 16465/00. * É desnecessária a desincompatibilização de conselheiro fiscal de sindicato, para candidatar-se ao cargo de vereador, porquanto ausente previsão legal a respeito na Lei Complementar n. 64/90, cujos dispositivos comportam direitos negativos e merecem interpretação restritiva.	4 meses	4 meses
Sindicato (Funcionário).	_____	_____	Ac. TSE n.º 23025/04; Ac. TRE/PR n.º 17032/92; Ac. TRE/MG n.º 906/02 - não há necessidade de desincompatibilização.	_____	_____

Sociedade de Economia Mista (Funcionário; Membro Conselho Adm. ou Fiscal; Presidente/ Diretor).	Funcionário: LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Funcionário: LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “I”.	Decisões Monocráticas TSE nºs 22281/04, 22488/04, Res. TSE n.º 20128/98 e 18160/92, Ac. TSE n.º 15459/98, 16595/00, Res. TRE/SC nºs 7383/04. Ac. TRE/ES n.º 226/04. Ac. TRE/PB n.º 363/00.	3 meses	3 meses
	Membro Cons. Adm. ou Fiscal: LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “e”.	Membro Cons. Adm. ou Fiscal: LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “e”.	Res. TRE/SC n.º 7173/00; Ac.. TRE/PR n.º 18900/94.	3 meses	3 meses
	Presidente/Diretor: LC n.º 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 9, c/c III, “b”, 3 e 4 e IV, “a”.	Presidente/Diretor: LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, 9, c/c III, “b”, 3 e 4 e IV, “a”.	Res. TRE/PE n.º 650/04; TRE/RS Consulta nº 112004/04; Res. TSE n.º 19519/96; Ac. TRE/PR n.º 16802/92.	4 meses	6 meses
Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal (Membro).	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c 1º, II, “a”, 14.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c 1º, II, “a”, 14.	Res. TSE n.º 21530/03 (* não menciona o cargo de Vereador).	4 meses	*
			TRE/PR – Ac. 28148/04 - mero servidor do Tribunal de Contas, o prazo para a sua desincompatibilização vem disciplinado na alínea "I", do inc. II, do art. 1º, da Lei Complementar nº64/90 – cargo pretendido: prefeito – prazo: 3 meses	3 meses	*
			Res. TSE nºs 20539/99 e 19978/97 – 6 meses. (*não especificado o cargo eletivo pretendido).		

Vereador.	—	—	<p>Decisão Monocrática TSE n.º 25598/07; Res. TSE n.º 21437/03. Ac. TRE/PR n.º 16812/92.</p> <p>* A reeleição é faculdade assegurada pelo art. 14, § 5º, da Constituição Federal. O Vereador candidato a reeleição, a Prefeito ou a Vice-Prefeito, não precisa se desincompatibilizar.</p>	—	—
Vice-Governador que não tenha substituído o Governador nos seis meses anteriores ao pleito.	CF, art. 14, § 5º, c/c LC 64/90: art. 1º, § 2º.	CF, art. 14, § 5º c/c LC 64/90: art. 1º, § 2º.	<p>Res. TSE n.ºs 20889/01, 20433/99, 20144/98; Ac. TSE n.º 230/98.</p> <p>TSE - RO - Recurso Ordinário nº 304056/10 –Substituição de Governador do Estado (Art. 1º, § 2º, da LC Nº 64/90) –</p> <p>* A mera representação do Governador do Estado pelo Vice-Governador, em evento social, não caracteriza a substituição mencionada no art. 3º, da Lei Complementar nº 64/90.</p> <p>- Comprovado o efetivo exercício do cargo de Governador do Estado, não há que se falar em substituição pelo Vice-Governador, afastando-se, portanto, a hipótese de inelegibilidade do art. 1º, § 2º, da LC nº 64/90.</p>	—	—
Vice-Prefeito.	LC 64/90: art. 1º, § 2º.	LC 64/90: art. 1º, § 2º.	<p>Resolução TSE n.º 19.952/97, 20144/98, 20889/01, 20605/00, 20587/00. Resolução TRE/SC n.º 7221/00 - não há necessidade de desincompatibilização caso não esteja ocupando cargo equivalente ao de Secretário Municipal.</p> <p>Res. TSE n.ºs 22129/05 e 21513/03 -Vice-Prefeito que sucede o Prefeito, necessidade</p>	6 meses	6 meses

		de desincompatibilização para o cargo de Vice- Prefeito ou outro cargo eletivo.		
		Res. TSE n.º 22625/07 e 22520/07 – Candidato a Vice-Prefeito – terceiro mandato – Impossibilidade (* não se refere ao cargo de Vereador).	Impossibilidade	*
		Res. TSE n.º 22749/08 – o Vice-Prefeito que tenha substituído o titular nos seis meses anteriores ao pleito poderá se candidatar ao cargo de prefeito na eleição subsequente. (* não se refere ao cargo de Vereador)	_____	*
		Res. TSE n.º 22757/08 e TRE/SP Dec. Mon. 27411/08 – o Vice-Prefeito que substituiu o titular nos seis meses anteriores ao pleito e foi eleito prefeito no período subsequente não poderá concorrer à reeleição. (* não se refere ao cargo de vereador).	Impossibilidade	*